



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0010/13	DATA: 19/02/2013
INÍCIO: 11h28min	TÉRMINO: 12h22min	DURAÇÃO: 00h54min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h54min	PÁGINAS: 20	QUARTOS: 11

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas.

Quero registrar aqui a presença do Deputado Severino Ninho; do Deputado Luiz Couto, Vice-Presidente da Comissão; da Deputada Janete Capiberibe, do PSB do Amapá; da Deputada Antônia Lúcia, do Acre, onde estaremos na semana que vem, se tudo der certo; e da nossa Relatora, Deputada Flávia Moraes.

Havendo número regimental, portanto, declaro aberta a 37ª reunião da Comissão Parlamentar destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Informo aos Srs. e Sras. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 36ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por solicitação do Deputado Luiz Couto, está dispensada a leitura da ata.

A ata está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, está em votação. *(Pausa.)*

A ata está aprovada pela unanimidade dos Srs. e Sras. Deputadas.

Expediente.

Comunico que foi confirmada pela Ministra de Estado Maria do Rosário, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, audiência com os membros desta CPI hoje, dia 19, às 15h30min. Essa audiência foi ratificada na reunião passada da CPI, quando nós definimos não só o nome de Maria do Rosário, mas também do Ministro José Eduardo Cardozo e do Ministro Antonio Patriota. Salvo engano, foram três Ministérios. A Ministra Maria do Rosário confirma para hoje, às 15h30min.

Comunico também que foi confirmada pelo Ministro de Estado da Justiça, Dr. José Eduardo Cardozo, audiência com os membros desta CPI no dia 26 de fevereiro de 2013, às 10h30min, na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, sala 400.

Comunico ainda que esta Comissão estará realizando audiência pública e diligência nos Municípios de Salvador e Monte Santo, na Bahia, nos próximos 21 e 22, de acordo com requerimento já aprovado.



Ofício da Delegacia de Polícia Federal em São José do Rio Preto, encaminhando, em envelope lacrado, sigiloso e confidencial, cópia integral dos autos do inquérito policial de Carmen Topschall, disponibilizado pelo Ministério Público Federal, documento esse já cobrado, por diversas sessões, aqui, por nós reiteradas...

Temos agora a deliberação dos requerimentos.

Item 1. Requerimento nº 72, de 2013, do Sr. Luiz Couto, que *“requer seja convidada a Sra. Ana Lúcia Furtado, vítima do Tráfico de Pessoas”*.

Para encaminhar a matéria, eu concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Ana Lúcia Furtado era empregada doméstica e sustentava três filhos, quando, aos 24 anos, recebeu uma proposta para ir trabalhar em Israel como garçoneiro. Quando chegou a Israel, ela acabou sendo vítima de traficantes de pessoas, que obrigaram Ana Lúcia a se prostituir numa boate em Israel. Isso, em 1998.

Ela inclusive apareceu numa das cenas da novela *Salve Jorge* contando um pouco dessa experiência. É muito importante que a gente possa ouvi-la. É claro que, lá na novela, devem ter feito edição. Aqui, seria para que a gente pudesse ouvir uma pessoa que foi enganada, ludibriada, aliciada para ser garçoneiro, e, quando chegou lá, foi prostituída.

Nesse sentido, esse drama por que ela passou será muito importante para que nós possamos identificar o caminho que essa rede... Não considero mais algo individual, é uma rede mesmo. É nesse aspecto que nós consideramos a importância que tem, para que, depois, a legislação nós possamos modificar, para punir essa rede, que é grande e tem uma série de pessoas que trabalham para levar essas pessoas. Em torno dessa organização toda, há tentáculos para impedir que elas sejam identificadas.

Então, nesse aspecto é importante que possamos ouvir a Sra. Ana Lúcia Furtado. Com certeza, se ela tiver problema e quiser falar em caráter reservado, nós faremos isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas é importante que nós possamos ouvi-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado, só uma informação. Ela é de onde? Ela é natural de onde? Ela está residindo hoje onde? Essa senhora...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse é o grande problema. Se a gente pudesse entrar em contato com a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ela mora no Rio de Janeiro?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ela mora no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, eu queria só sugerir — como nós já temos uma agenda definida e prevista, pelo menos para São Paulo e Rio de Janeiro, por conta dos inúmeros casos que estão pendentes lá —, se for confirmada a origem dela no Rio de Janeiro, que a gente possa fazê-lo na audiência lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Concluiu, Deputado?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Conclui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A palavra está franqueada.

(Pausa.)

Em votação o requerimento do Deputado Luiz Couto.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão.

(Pausa.)

Aprovado o requerimento de convite da Sra. Ana Lúcia Furtado.

Item 2. Requerimento nº 73, de 2013, também do Sr. Luiz Couto, que *“requer seja convidada a Sra. Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva, Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior”*.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A Sra. Maria Luiza Ribeiro Lopes é Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior. Nós queremos para que ela possa nos ajudar a esclarecer sobre as operações que levaram ao resgate de 40 vítimas do tráfico internacional de mulheres, entre brasileiras e estrangeiras.

Nesse sentido, conforme matéria relatada no jornal *Alô Notícias*, no Distrito Federal, seria importante que ela pudesse nos ajudar a esclarecer essas operações



e como se deu o resultado de tudo isso que nós verificamos. É importante. Ela será ouvida. A gente pode marcar também até uma ida lá para conversar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Era isso que eu ia ponderar a V.Exa., porque nós já estivemos... Não sei se V.Exa. estava na visita que nós fizemos ao Ministério das Relações Exteriores. A Embaixadora Maria Luiza foi quem nos recepcionou lá e inclusive sugeriu que nós fizéssemos uma articulação, uma aproximação. Ela já esteve em outros momentos, por exemplo, no Estado do Pará. Esteve em São Paulo também, com a Dra. Anália. É uma pessoa extremamente solícita, e está à disposição.

Como nós temos uma audiência já solicitada, e ainda não confirmada, com o Ministério das Relações Exteriores, talvez nós pudéssemos fazer isso que V.Exa. mesmo já sugeriu ao final de marcar uma audiência com ela lá para pedir essas informações. Eu tenho certeza... Ela tem sido extremamente solícita e atenciosa com todas as demandas que esta Comissão tem apresentado a ela. Enfim, fica apenas isso, a título de sugestão.

Coloco em votação o requerimento do Deputado Luiz Couto convidando a Sra. Maria Luiza para prestar informações a esta CPI.

Não havendo ninguém mais para encaminhar a votação, os Srs. Deputados e Deputadas que concordam com o requerimento mantenham-se como estão.
(Pausa.)

Está aprovado.

Item 3. Requerimento nº 74, de 2013, do Sr. Luiz Couto, que *“requer que seja convocado o Sr. Reinaldo Luís Akerley Cavalcante, para depor nessa CPI”*.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É aquele caso do *site* de Campo Grande, onde o Sr. Reynaldo tem uma agência de modelos, Reynaldo Eventos Comunitários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Da Garota Pantanal?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.

Pela informação, parece que o *site* saiu, mas as fotografias continuam lá. Quando ouvido, ele disse: *“Não, não era nada de exploração, era apenas para mostrar a beleza das mulheres de Mato Grosso para o público em geral.”* Então, nós queremos saber como é que uma agência de modelos usa desse expediente, através da Internet, para colocar adolescentes naquela situação.



Nesse aspecto, ele está sendo convocado. As outras duas foram convidadas. Mas ele vem como depoente, para prestar esclarecimentos sobre esse *site*. Haveria inclusive investimentos, haveria financiamento de órgãos públicos para esse *site* que ele produz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

Em votação o requerimento do Deputado Luiz Couto.

Os Srs. e as Sras. Deputadas que aprovam o requerimento mantenham-se como estão. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Eu queria convidar o Deputado Luiz Couto para assumir a Presidência e fazer a leitura de requerimentos de minha autoria, como exige o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Item 4. Requerimento nº 75, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, do Sr. Arnaldo Jordy, que *“requer a convocação do Sr. Reginaldo Pinheiro dos Anjos, para depor a respeito de recrutar adolescentes em estados com a promessa deles integrarem a Associação Desportiva Confiança, time de Aracaju”*.

Parece que, de anjo, só tem o nome, não é?

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, este requerimento é mais um dos casos que envolvem essas chamadas escolinhas de futebol. Nós já estivemos nesta CPI tratando do caso de São Paulo, onde inclusive um clube foi condenado já pela Justiça paulista, a Portuguesa de Desportos.

Agora, esse caso de Aracaju, que a polícia flagrou. Há depoimentos de mais de dez vítimas que foram aliciadas para abuso sexual, todas menores, por conta desse olheiro, que é a palavra, na gíria futebolística, usada para esses caras que ficam buscando talentos no futebol. É muito fácil seduzir, pela ideia de fama, de empoderamento, de carreira exitosa em grandes clubes brasileiros.

Então, eu acho que esta CPI tem que saber, porque, com certeza, já há informações informais de que, nesses Estados — no Pará, foi o primeiro caso, dentre outros, agora, em Aracaju —, começa a se revelar uma ligação muito forte com pessoas nesses grandes clubes, que é o mercado mais atrativo.



Então, eu acho que é merecedor que esta CPI possa investigar esse caso, até porque a polícia já abriu inquérito policial e já deve ter alguma coisa que possa nos subsidiar nesse caso do Sr. Reginaldo, em Aracaju.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Apenas para dizer que me aliei ao Deputado Arnaldo Jordy subscrevendo este requerimento, como também os outros que ele apresentou para esta sessão, considerando que essa questão das escolinhas de futebol realmente é um assunto muito sério e que a gente ainda, salvo engano, não ouviu ninguém aqui sobre esse assunto.

Então, são muito importantes estes dois requerimentos: o seguinte, o 76, que trata também de escolinha de futebol; e o 77, que se refere àquele caso do Pará, que teve uma grande repercussão. Então, subscrevi esses três requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Deputado Severino Ninho está subscrevendo o requerimento. Eu gostaria também de subscrever.

Deputada Flávia Moraes.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Gostaria também de subscrever e referendar a importância de estarmos investigando esse tipo de tráfico de pessoas, que é utilizado através do assédio a adolescentes para escolinhas de futebol. É uma modalidade que até então não era muito comentada; é uma modalidade que agora é que vem à tona. Com certeza, precisa ser investigada.

É importante que nós possamos trazer aqui também algum adolescente, alguma vítima que já fez parte, Deputado Arnaldo Jordy, desse tipo de assédio. É importante que nós possamos entender os dois lados desse tipo de tráfico.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu subscrevo também o requerimento do Deputado Jordy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputada Antônia Lúcia.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Sr. Presidente, também subscrevo o requerimento do Deputado Jordy.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputada Antônia Lúcia, né? (Pausa.)

Em votação o requerimento. (Pausa.)

As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento por unanimidade.

Item 5. Requerimento nº 76, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que “*requer a convocação do Sr. José Augusto dos Santos, para depor a respeito de recrutar adolescentes em estados com a promessa deles participarem de clubes de futebol em Aracaju*”.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É relativo ao mesmo assunto. Denúncia e prisões foram feitas em relação a essas duas pessoas que provavelmente integravam essa rede, possivelmente maior, de aliciadores de crianças e jovens adolescentes para a carreira de futebol. É relativo ao mesmo caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Item nº 6. Requerimento nº 77, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que “*requer a realização de diligência para averiguar e acompanhar as investigações sobre os fatos e as circunstâncias que envolvem denúncias de cárcere privado, tráfico e exploração de mulheres, travesti e menor em Vitória do Xingu, Pará*”.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu queria a atenção de V.Exas. sobre esse episódio de Altamira, porque esses dois dias lá no Pará fiquei bastante envolvido, ouvi depoimentos de algumas das vítimas que já estão em Belém, outras não quiseram vir, quiseram ficar lá mesmo, e outras já estão sendo recambiadas para os seus Estados de origem, no caso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E há duas pessoas presas: um, que é o Chicão, Chico, que é



uma espécie de garçom e serviços gerais lá dessa boate; e o Alemão, que era o gerente dessa boate. O suposto proprietário, Adão, ainda está foragido. Ontem à noite, o seu advogado se comprometeu em que apresentaria ele na quarta-feira, amanhã, à Polícia do Estado do Pará.

Estiveram lá no Estado o Ouvidor de Direitos Humanos da Secretaria, aquele outro, que é o Chefe de Gabinete da Ministra Maria do Rosário, que já esteve aqui na CPI por várias vezes, um rapaz chamado... Fugiu-me agora o nome.

E reputo que nós devemos tratar com uma certa urgência esse episódio porque ele é o paradigma desse modelo que está se reproduzindo de implantação dos grandes projetos na Amazônia que se transformam recorrentemente em entraves para a região. Esse filme, nós já vimos. Isso aconteceu com a Hidrelétrica de Tucuruí, e, trinta anos depois, se repete em Jirau, Santo Antônio e, agora, em Belo Monte.

Eu digo que essa tragédia é uma tragédia anunciada, porque não foi só a minha voz, outras vozes nesta Casa, o Ministério Público Federal, várias entidades da sociedade civil, o Bispo do Xingu, D. Erwin Kräutler, e várias outras instituições de direitos humanos, a sociedade paraense de defesa dos direitos humanos do Estado do Pará e outras entidades, a Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Pará e várias outras entidades já se manifestaram no sentido de se ter um certo acautelamento, observar as condicionantes que foram impostas no termo de ajuste de conduta para a implantação desses grandes projetos — os efeitos colaterais negativos, essa tragédia.

São 34 mulheres que foram libertadas de cárcere privado. Algumas, já envolvidas na atividade da prostituição, que foram para lá para essa atividade, e outras que nem isso, que foram para lá sob a promessa de empregos, de atividades absolutamente lícitas, e, ao lá chegarem, ficaram reféns dessa situação, inclusive, segundo depoimento da Conselheira Tutelar de Vitória do Xingu, que foi quem promoveu a denúncia, algumas sob ameaça de arma em punho desse Adão e de outro cidadão, que foi um dos aliciadores, um tal de Moacir, que é uma espécie de cafetão, que não só se envolvia afetivamente com algumas das mulheres, mas também fez a empreitada, porque, no negócio montado por ele e por esse Adão, ele ficaria com o bar das duas boates, além de receber uma grana pela captura, pelo



aliciamento dessas mulheres, que passaram 6 dias para chegar desses Estados de origem numa van até Altamira. Seis dias viajando na Belém-Brasília para chegar até Altamira e participar.

Essa boate em que foram essas mulheres libertadas fica dentro da área do canteiro da obra de Belo Monte e teve o licenciamento das autoridades todas, inclusive da Polícia, para funcionamento. Há uma denúncia de que a menor tinha envolvimento com um dos gerentes ou diretores da Norte Energia, que saía com essa menina para programas. A inauguração dessa boate teve a presença de várias autoridades locais, inclusive de parte da direção da Norte Energia. Você passa por uma guarita, para chegar a essa boate, que faz o controle de acesso de entrada e saída no canteiro de obras. Isso acontece. A polícia tem que invadir, amparada pelo Ministério Público, para resgatar 34 mulheres que são vítimas de exploração, inclusive em cárcere privado.

E essa menor só denunciou a uma conselheira tutelar porque ficou com medo de ser presa ao ter que tirar sua carteira de identidade, porque ela usava uma carteira de identidade de uma parente, uma prima ou uma irmã já em idade adulta. E houve uma dissidência entre elas lá, porque havia algumas das mulheres que não sabiam as condições, foram iludidas, e outras que já eram contumazes na prostituição nas áreas de barragem. Há uma categoria de mulheres que se prostituem que já têm certa *expertise*, já têm certa atuação, vamos dizer assim, nessa área de barragens. Até porque esse Adão já teve boates em Jirau e Santo Antônio fechadas pela polícia, e agora se instalou lá em Altamira. Quer dizer, isso tudo passando “despercebido” — entre aspas — pelo conjunto das autoridades.

Essa era uma situação absolutamente previsível, ao meu entender, porque, uma cidade de 82 mil habitantes que recebe o fluxo migratório de mais de 40 mil, na sua grande maioria homens, em 7 meses, coisa que aconteceria em 10, 15 anos, é evidente que vai haver uma explosão de problemas a partir dessa explosão demográfica ocorrida na região.

Então, eu acho que não só nós devemos intimar, investigar porque essas mulheres, Deputado Severino, amanheceram, num belo dia, lá na sua cidade de origem: “*Olha, vamos lá para Belo Monte para ver como é que é o negócio por lá e ver se a gente ganha um dinheiro...*”. Evidentemente, essas mulheres foram



capturadas por uma rede criminosa organizada, muito bem organizada, muito bem articulada, no sentido de promover esse tipo de prática criminosa.

Então, eu queria sugerir que não só nós possamos ir a Altamira para fazer uma audiência, uma diligência, porque há muito mais coisas do que o que até então veio à tona pela imprensa, como também convocar esses dois cidadãos que estão presos. Se o Adão se apresentar na quarta-feira, também ouvi-lo lá e também pelo menos uma ou duas das meninas que ficaram, porque as outras já foram recambiadas. A gente, ontem à noite, acordou lá com a delegada Simone, que é uma delegada extremamente militante da causa dos direitos humanos e que atua de forma muito eficaz em casos semelhantes como esses, que ela pudesse nos remeter imediatamente o depoimento que ela estava colhendo durante o dia de ontem e de hoje lá dessas mulheres que foram resgatadas lá para Belém.

Então, é essa a natureza do nosso requerimento. E eu sugiro que a gente possa definir essa data o mais breve possível. Esta semana não é mais possível, porque temos já a agenda de Salvador. Mas, talvez, na semana que vem, na segunda ou na quinta, porque... Aliás, na quinta, tem Acre já definido. Mas eu acho que a gente deveria ver uma brecha, talvez, na segunda-feira, para que a gente possa... O Governo do Estado — já fiz contato com o Secretário de Segurança Pública — está à disposição, inclusive com a disponibilidade de avião para nos remeter de Belém a Altamira na hora que for conveniente para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Passo agora a Presidência ao Deputado Arnaldo Jordy, para a continuidade da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Os requerimentos que nós tínhamos para apreciação eram esses. Não sei se algum Deputado ou alguma Deputada tem mais alguma consideração a fazer.

Deputado Severino, com a palavra.



O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Mas não é sobre os requerimentos, Sr. Presidente.

Eu quero justificar a impossibilidade de ir à Bahia na quinta e sexta — eu gostaria até de ir — por conta de um encontro que o Governador de Pernambuco estará realizando com todos os Prefeitos de Pernambuco, os Prefeitos eleitos agora na última eleição. Acho até que talvez seja um fato inédito um Governador promover um encontro com todos os Prefeitos do seu Estado, para passar as experiências do Governo, os bons projetos que o Governo tem.

Mas eu gostaria, além de justificar a minha ausência em Salvador e Monte Santo, também de saber se a Procuradora do Trabalho lá de Pernambuco irá para a Bahia.

Como V.Exa. me disse, estava tentando levar a Procuradora da Delegacia Geral do Trabalho, Débora Tito, para prestar esclarecimentos em Salvador. Gostaria de saber se está confirmada a ida dela ou se ela vai ser ouvida em outra oportunidade. É aquele caso com que V.Exa. inclusive impressionou-se, porque ela diz, numa matéria jornalística, que conseguiu abortar o tráfico de 38 recifenses que iriam ser traficados.

Então, queria ter essa informação e alertar as nossas jovens, porque Monte Santo, nome realmente de cidade belíssimo, teve aquele problema, e, agora, Belo Monte. Quando existe um nome bonito assim, a gente precisa, às vezes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ficar de olho.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Belo Monte: pessoal vai pra lá, pensa que realmente o monte é belo, mas o negócio é feio, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É verdade.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - É uma brincadeira, é mais um jogo de palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Severino, nós tiramos a deliberação na sessão anterior, a penúltima ou a última, de que a Dra. Débora deveria ser convidada para lá, isso talvez até por comodidade dela e também nossa aqui, da CPI, já que estamos lá no Estado vizinho e, portanto, talvez fosse mais conveniente.



Eu não sei ainda, mas lhe dou a informação já, já. Mas a decisão nossa foi de que se convidasse a Dra. Débora para prestar essa informação na audiência que faríamos lá em Salvador, da mesma forma como me parece que tinha um caso também trazido pelo Deputado Luiz Couto que me parece que recebeu a mesma orientação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - De a pessoa fazer o depoimento na ida à Bahia, a Salvador.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, é preciso saber da Assessoria da CPI como é que isto foi encaminhado: a decisão que nós tomamos de convidar essas duas para a audiência lá de Salvador.

Deputada Janete com a palavra.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, queria me dirigir a V.Exa. nesta reunião para revelar a minha preocupação com o que acontece no meu Estado do Amapá, e a Comissão tem informações a partir da oitiva da Irmã Henriqueta.

Preocupa-me muitíssimo essa questão, as dificuldades que estão acontecendo para que a CPI... Eu sei que não é voluntário da sua parte esse entrave criado aí para a ida da CPI até o Amapá. E eu gostaria... Eu vejo que vão acontecer sindicâncias em vários Estados do Brasil, e me preocupa, desde o ano passado, que fiquemos assim, o Amapá, no aguardo.

E eu queria pedir ao Sr. Presidente, ao Vice e à Relatora que, após a reunião que vai acontecer no Pará, que eu acredito que tem uma relação, que se pudesse, independentemente de conseguirem através do Ministério das Relações Exteriores, a negociação para a Comissão se fazer presente ali no Suriname, independentemente disso, que seja acionada a INTERPOL e que se faça no Amapá.

Eu tenho uma preocupação muito grande. Eu vejo que estou atendendo a um pedido da Irmã Henriqueta. Fica esta minha preocupação aqui e esta solicitação também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Luiz Couto, vou já lhe passar a palavra, é só para fazer um breve comentário em concordância com o que diz a Deputada Janete.

Deputada Janete, eu tenho pessoalmente me empenhado ao extremo nessa agenda do Oiapoque, até porque conheço o problema, como V.Exa. também é extremamente dedicada e conhecedora dessa fronteira lá do Norte. Eu já promovi, por denúncias por mim trazidas à opinião pública e às autoridades do meu Estado desde quando eu era Vereador, o resgate de inúmeras mulheres do Suriname que estavam em situação de trabalho.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Com licença do ou no Suriname?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - No Suriname. Foram enclausuradas; inclusive uma delas acabou se atirando do segundo andar de uma dessas boates de lá, em crise depressiva, e acabou saindo só porque foi para o hospital, e um médico paraense acabou ouvindo os seus reclamos. E conseguimos, a partir dessa denúncia, trazê-la de volta.

Enfim, são inúmeros casos. Agora, V.Exa. sabe que esse mercado do Oiapoque é alimentado pela expectativa de atravessar a fronteira e ir para as Guianas, para o Suriname e as Guianas. Por quê? Porque o pagamento lá é em euro, porque existe uma série de fantasias de garimpo e uma série de outras coisas, o que alimenta.

Então, nós tínhamos definido aqui — e eu acho que definimos de forma acertada — fazer esta operação casada: ir ao Amapá, ir ao Oiapoque e, ao mesmo tempo, ir ao Suriname. Só que, para ir ao Suriname, nós dependemos da autorização, da pactuação, da negociação com o Ministério das Relações Exteriores.

Eu tenho ligado praticamente toda semana para a Ministra Vera, que é quem está cuidando disso lá, e a última palavra dela é que nós teríamos condições de, no máximo no mês de março, fazer essa agenda. É o compromisso que ela tem comigo diante das minhas insistências de que ela possa superar, porque eu presumo que o governo surinamês tenha interesse em resolver esse problema também. Eu não imagino que o governo surinamês seja conivente ou seja cúmplice dessa situação de o Suriname ser receptor de mulheres para fins de exploração sexual, trabalho



escravo e coisas dessa natureza. Então, eu até peço a V.Exa. que possa ajudar nesse coro junto à Ministra Vera, de quem lhe passei há pouco o telefone, no sentido de ratificar, de insistir na urgência dessa situação.

Eu tenho clareza disso e acho que V.Exa. tem toda a razão, para que a gente possa agilizar ao máximo. Mas, infelizmente, no caso desses países, nós não podemos ingressar sem a autorização do próprio país, podendo até criar um problema diplomático, ou coisa dessa natureza.

Então, eu estou de acordo com V.Exa.

Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, é importante: em Salvador, nós iremos ouvir aquele casal que encaminhava mulheres para a Espanha. Era importante que nós pudéssemos ter alguma informação de quem ouviu o casal, para que a gente possa... Porque às vezes a gente chega ao local e não tem a informação, ou chega lá e tem a informação do Ministério Público, da Polícia Federal sobre aquela operação. Era importante que a Presidência pudesse solicitar algumas informações, para que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dr. Marcos, aqui da CPI. Peça para ele descer, pegar o elevador de volta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A segunda é que houve sugestão para que a gente pudesse conversar, até informalmente, com a Glória Perez. Se V.Exa. já teve algum contato, se ela está disposta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu fiz já dois contatos telefônicos com a Glória Perez, só que esse pessoal — a gente às vezes não tem noção; pelo menos eu não tinha — tem um ritmo de trabalho que é brutal, segundo ela, cerca de 16 a 18 horas de trabalho por dia na produção, porque tem prazos para entregar os escritos lá. E ela ficou de que nós avisássemos da próxima ida ao Rio de Janeiro, que ela ia fazer todo um esforço para disponibilizar um horário em que pudesse nos receber.

Eu tive contato com ela e tive contato com a atriz Dira Paes também, que é do Humanos Direitos e que inclusive está disposta, numa agenda que possa ser compatibilizada, a ir à CPI quando nós formos ao Rio de Janeiro, para também participar de alguns depoimentos e dar a sua opinião. Eu acho que seria



extremamente importante, porque a Dira Paes, além de ser uma excelente atriz, é militante dos direitos humanos já de algum tempo, integra uma organização no Rio de Janeiro junto com a Letícia Sabatella, o Osmar Prado e vários outros artistas e intelectuais que se dedicam a essa causa dos direitos humanos, da defesa dos direitos humanos no Brasil.

Então, foram os contatos que nós fizemos, e estamos no aguardo para tentar compatibilizar as agendas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Inclusive porque a Ana Lúcia Furtado, sobre quem nós aprovamos requerimento aqui, será ouvida. Também foi ela que inspirou a pessoa lá, a Morena, do *Salve Jorge*. Ela foi ouvida inclusive pela Glória Perez. Então, no momento em que a gente vai ouvi-la lá no Rio de Janeiro, a presença da Glória Perez será muito importante também para que nós possamos trabalhar o real, tirando de lado o imaginário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A ficção.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Inclusive, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor está sugerindo que a Morena seja convidada também para essa audiência pública?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu lhe garanto que a audiência vai ser grande, dessa sessão lá...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vai ser grande, não é?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Inclusive, Deputado Arnaldo Jardim, desculpe eu interromper, se eu puder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, querida.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu gostaria de fazer uma referência importante a essa novela. Muitos, às vezes, têm preconceito com novela, mas da importância que ela tem no sentido de abrir essa caixa, que é o tráfico de pessoas, que, muitas vezes, acontece de forma velada.

E, com certeza, quando nós falamos de prevenção ao tráfico de pessoas, essa novela chega a cada cantinho do País. Eu tenho certeza de que as moças lá do interior, daquelas cidades onde elas não têm conhecimento, muitas vezes são aliciadas para irem para a Europa, com grandes propostas. Quando assistiram a



essa novela, as que assistiram, com certeza, vão pensar duas vezes quando elas receberem essas propostas mirabolantes, principalmente para irem para o exterior.

Então, eu acredito que foi muito importante — está sendo muito importante — essa novela para o enfrentamento do tráfico de pessoas na linha em que nós pensamos, que é a prevenção.

Queria aproveitar também a oportunidade, já que eu estou falando, e como uma preparatória para a ida ao Acre, que vai acontecer no dia 28... Vou esperar o senhor terminar, que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, desculpa.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - ... que acontecerá no dia 28. A Deputada Antônia sugere que sejam convidados para estarem conversando o Vereador recém-eleito do PCdoB, da Capital Rio Branco, do Acre, porque o mesmo está sendo investigado, também o Deputado Estadual Eber Machado e outros representantes também, como o Vice-Governador, que foi citado junto com o representante do Judiciário, todos envolvidos no tráfico de pessoas que estão sendo investigados.

A Deputada acredita que nós deveríamos, então, na próxima reunião de terça-feira, já aprovar requerimento para que nós, no dia 28, possamos estar ouvindo essas pessoas lá mesmo, no Acre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Estou de acordo. A Deputada poderia preparar o requerimento e pedir, inclusive, para outros Deputados assinarem. E a gente já aprecia na terça-feira.

Bom, com relação à questão do Acre, essa operação lá do Acre foi produzida por uma operação da Polícia Federal que correu, e ainda corre, boa parte dela, sob sigilo de Justiça. A CPI não pode transgredir esse limite legal do que estiver... Aquilo que for já público em termos de denúncia, nós podemos convocar, podemos convidar, porque não caracterizaria, por nós, a quebra de um princípio jurídico importante no Brasil, no nosso ordenamento jurídico.

Ainda que alguns torçam o nariz — e eu já torci, no passado, o nariz para esse tipo de expediente —, hoje eu compreendo que para a segurança jurídica é importante que algumas coisas corram em sigilo de Justiça mesmo, para não se fazerem julgamentos precipitados antes da investigação, principalmente em casos



de pedofilia, em que, mesmo que você possa reparar juridicamente o erro, o efeito moral, o dano moral você não repara em hipótese nenhuma no caso de uma injustiça praticada.

Então, é preciso só que a gente tenha o cuidado de não enveredar por coisas que ainda não foram publicizadas, que ainda não foram divulgadas, que ainda não são do conhecimento público, e a CPI se cingir àquilo que já foi veiculado de alguma forma.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E aí nós podemos navegar sem nenhum tipo de preocupação.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Sr. Presidente, me permita. Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar o excelente trabalho que esta CPI vem desenvolvendo pelo nosso Brasil. É de suma importância todo esse trabalho.

Essa nossa escritora brasileira tem feito menção às grandes causas das mulheres em todo o nosso Brasil, quer dizer, atinge todo o mundo, mas o caso especificamente do Brasil.

E a CPI, Deputada Flávia, tem desenvolvido um papel muito importante, porque geralmente se tratam de mulheres de condições financeiras e econômicas zero, pessoas totalmente despreparadas para ter discernimento sobre se podem ou não estar atendendo a esses convites ou a essas propostas de empresários para estarem dispendo suas vidas em outros países, sofrendo torturas, sendo exploradas sexualmente. Mas, no caso, Deputado Jordy, que a Deputada Flávia Moraes acabou de ler, trata-se de notícias que já estão em todos os veículos de comunicação daquele Estado.

Então, convidei a nossa também Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Deputada Erika Kokay, e gostaria muito que toda essa audiência fosse feita em conjunto porque é um momento ímpar.

Nós sabemos que o Estado do Acre é um Estado que faz fronteiras com dois países, Peru e Bolívia. E há noticiários que eu já até encaminhei para a CPI hoje mesmo de tráfico de pessoas que estão sofrendo, estudantes da área de Medicina na Bolívia que estão sendo exploradas sexualmente, que foram traficadas, pessoas que foram desaparecidas agora no período de Carnaval e para que até hoje nós não



temos nenhuma solução. O Estado ainda não conseguiu porque depende de Itamaraty, depende de direitos humanos. Até hoje aquelas famílias carentes, pobres, estão sem resposta.

Então, a ida da CPI do Combate ao Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual e da Comissão de Direitos Humanos é de suma importância para acalantar, amenizar, Deputada Flávia Morais, as dores do coração de muitas mães que estão ali sem saber onde estão seus filhos adolescentes e jovens.

Então, parabéns. Nós, do Estado do Acre, estaremos aguardando vocês com muita precisão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, é evidente que a referência que eu fiz não foi em relação à sua sugestão, até porque eu tenho sido procurado por outros Deputados do seu Estado. Hoje mesmo recebi o telefonema e o contato de dois, e eu tenho tranquilizado que tem muitas coisas, muitos interesses em jogo nisso, não é? Eu tenho tranquilizado que nós só vamos nos reportar publicamente àquilo que seja público, está certo?

Terça-feira a gente aprecia o requerimento.

Queria só, por fim, dar as informações. Nós vamos... Esse caso que o Deputado Severino Ninho... O assessor está me informando aqui que vai checar para saber se ela confirma ou não, a Dra. Débora, que é Promotora lá no Estado de Pernambuco. E tem, parece, outro caso também — não sei se foi o Deputado Luiz Couto ou outro Deputado que sugeriu — de um Estado ali vizinho. Foi sugerida também a possibilidade e a conveniência de ouvi-los nessa audiência lá da Bahia. Era preciso só checar isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nós, da Paraíba, inclusive vamos apresentar um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Para ir lá a diligência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... para uma ida lá porque tem outros fatos também lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo, perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... que precisam até ser ouvidos porque alguns deles correm em segredo de Justiça, e é importante conversar lá...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.K.

Só para responder sobre o caso da Bahia, nós solicitamos da Polícia Federal e do Ministério Público o inquérito sobre a prisão do casal que está preso lá na Bahia: o Cigano e a sua esposa, Renata. A Renata parece que se apresentou. Não sei se está confirmado isso, que a esposa do Cigano, dono da boate Venus, lá em Salamanca... E também solicitamos o depoimento dela. Então, estamos aguardando e, assim que a gente tenha uma posição, eu encaminho a V.Exa. e aos demais Deputados.

O Dr. Marcos me informa também que nós estamos aguardando a decisão do juízo das execuções penais para que eles possam ser ouvidos. Eu não creio que vá ter nenhum tipo de problema porque isso é uma prerrogativa da CPI. Isso não está sob o livre arbítrio do juiz, mas para a gente não criar problemas, estamos aguardando uma decisão oficial, que eu creio que vá ser superada.

A outra questão que eu aproveito aqui para sugerir à nossa assessoria é pedir o relatório da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará, a SEJUDH, e à Delegada Simone, da delegacia de segurança pública, o inquérito com os depoimentos de todos os ouvidos no caso de Altamira, que são os dois presos — gerente e garçom da boate — e as vítimas que já foram ouvidas nos últimos dias. O.K.?

Queria só também ratificar se alguma sugestão, alguma contraposição em relação à data do dia... Não, 28 já está aprovado para o Acre.

(Não identificado) - Vinte e seis tem audiência com o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vinte e seis para a audiência... Não, do dia 25 a Altamira.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas no Ministro é à tarde. Não teria problema porque tem voo de manhã, terça-feira, para cá, sem problema nenhum, 6 horas da manhã. Às vezes atrasa um pouquinho, como hoje. Bastante... Hoje tem audiência com a Maria do Rosário, mas digo o seguinte, porque, neste fim de semana, nós temos Salvador e Monte Santo; na outra semana, tem o Acre, e não dá mais para mudar porque já foi alterado no final do ano passado por conta de problemas de passagem, etc. e tal, então, talvez...



O Deputado Puty inclusive acabou de me ligar, porque ele preside a Comissão do Tráfico de Pessoas, querendo que pudesse ser combinada essa data para se fazer uma coisa só. Eu acho que a melhor data, a menos congestionada aí, seria na segunda-feira porque daria para ir a Altamira, voltar e, na terça de manhã cedo, retornar a Brasília.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Queria sugerir ao Presidente que fique pré-colocada essa data e se confirme nos gabinetes porque eu mesma preciso olhar a minha agenda para ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está. Então, fica como indicativa essa data, a ser confirmada pelos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, dependendo da agenda. Está certo assim? É a sugestão da Deputada Flávia.
(Pausa.)

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.